

**Charles Stevan Prieto de Azevedo**

# **ELEMENTOS BÁSICOS DE DIREITO EMPRESARIAL MODERNO**

**5ª Edição – Revista e Atualizada  
de acordo com o Provimento 87/2019 do CNJ  
(regulamenta a implantação do CENPROT)  
e da Lei 13.775/2018 (Duplicata Escritural),  
Lei 13.874/2019 (Liberdade Econômica) e  
Lei 13.966/2019 (Nova Lei de Franquias)**

Curitiba  
Juruá Editora  
2020

---

Visite nossos sites na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
 e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-85-362-9466-7**



**Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41)4009-3900  
 Fax: (41)3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil  
**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351)223 710 600 –  
 Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Azevedo, Charles Stevan Prieto de.

A994      Elementos básicos de direito empresarial moderno./  
 Charles Stevan Prieto de Azevedo./ 5ª edição./ Curitiba:  
 Jurua, 2020.  
 236p.

1. Direito empresarial. I. Título.

CDD 342 (22.ed.)  
 CDU 342

000018

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
 Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

---

<b>1</b>	<b>A EVOLUÇÃO DO DIREITO EMPRESARIAL .....</b>	<b>15</b>
1.1	CONCEITO.....	15
1.2	CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL .....	15
1.3	O DIREITO EMPRESARIAL NO BRASIL.....	16
1.4	A AUTONOMIA DO DIREITO EMPRESARIAL.....	16
1.5	FONTES DO DIREITO EMPRESARIAL.....	16
1.6	LEIS EMPRESARIAIS .....	16
1.7	OS USOS E COSTUMES .....	17
1.8	CARACTERÍSTICAS DO DIREITO EMPRESARIAL.....	17
1.9	AS ATIVIDADES EMPRESARIAIS .....	18
1.10	ELEMENTOS CONSTITUTIVOS .....	19
1.11	DA CONTEXTUALIZAÇÃO DA EMPRESA.....	19
1.12	DIVISÃO DO DIREITO EMPRESARIAL .....	21
1.13	A RELAÇÃO DO DIREITO EMPRESARIAL COM OS DEMAIS RAMOS DO DIREITO .....	21
<b>2</b>	<b>O EMPRESÁRIO .....</b>	<b>23</b>
2.1	DEFINIÇÃO .....	23
2.2	ESPÉCIES DE EMPRESÁRIO .....	24
2.3	OBRIGAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS .....	25
2.4	REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO.....	25
2.5	MULHER CASADA EMPRESÁRIA.....	26
2.6	O MENOR EMPRESÁRIO .....	27
2.7	O INTERDITO .....	28
2.8	ATIVIDADES INCOMPATÍVEIS AO EXERCÍCIO DO COMÉRCIO .....	28
2.9	O ESTRANGEIRO EMPRESÁRIO: (art. 55 do Dec.-Lei 1.800/1996)..	29

2.10	PERDA DA CONDIÇÃO DE EMPRESÁRIO.....	30
2.11	AGENTES AUXILIARES DO EMPRESÁRIO.....	30
<b>3</b>	<b>O ESTABELECIMENTO .....</b>	<b>33</b>
3.1	DEFINIÇÃO .....	33
3.2	NATUREZA JURÍDICA.....	35
3.3	PONTO EMPRESARIAL (também chamado de propriedade empresarial).....	35
3.4	A ALIENAÇÃO DO ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL .....	37
3.5	O IMÓVEL.....	39
3.6	TÍTULO DE ESTABELECIMENTO E INSÍGNIA.....	39
<b>4</b>	<b>REGISTRO DAS EMPRESAS .....</b>	<b>41</b>
4.1	LEGISLAÇÃO.....	41
4.2	ÓRGÃOS.....	41
4.3	OS LIVROS (art. 1.179 do CC).....	43
4.3.1	Funções .....	43
4.3.2	Espécies.....	43
4.3.3	Exibição dos Livros.....	44
<b>5</b>	<b>O NOME EMPRESARIAL .....</b>	<b>45</b>
5.1	DELIMITAÇÃO.....	45
5.2	ESPÉCIES .....	45
5.3	REQUISITOS PARA A FORMAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL (art. 34 da Lei 8.934/1994 e Instrução Normativa 116, de 2011 do DREI) .....	46
5.4	DIFERENÇAS ENTRE NOME EMPRESARIAL E MARCA .....	47
<b>6</b>	<b>A SITUAÇÃO ESPECIAL DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE .....</b>	<b>49</b>
6.1	DELIMITAÇÃO E LEGISLAÇÃO .....	49
6.2	O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI).....	51
<b>7</b>	<b>SOCIEDADES.....</b>	<b>53</b>
7.1	DELIMITAÇÃO.....	53
7.2	QUANTO AO RAMO.....	54
7.3	QUANTO AO TIPO .....	54
7.4	QUANTO ÀS ESPÉCIES .....	54

7.5	NATUREZA JURÍDICA DAS SOCIEDADES .....	55
7.5.1	Quanto ao Grau de Dependência da Sociedade em Relação aos Sócios, as Sociedades Poderão Ser .....	55
7.5.2	Quanto ao Regime de Constituição e Dissolução da Sociedade, Poderão Ser .....	56
7.6	RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS .....	56
7.7	SOCIEDADE SIMPLES .....	56
7.8	SOCIEDADE EMPRESÁRIA .....	59
7.9	SOCIEDADE EM NOME COLETIVO (art. 1.039 do CC/2002) .....	61
7.10	SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES (art. 1.045 do CC/2002) ..	62
7.11	SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO – DESPERSONALIZADA .....	63
7.12	SOCIEDADE EM COMUM (DE FATO OU IRREGULAR) art. 986 – DESPERSONALIZADA .....	64
7.13	SOCIEDADE LIMITADA .....	64
7.13.1	Delimitação .....	64
7.13.2	Pressupostos da Existência de uma Limitada .....	66
7.13.3	Responsabilidade Ilimitada .....	67
7.13.4	Expulsão do Sócio .....	67
7.13.5	Direito de Retirada .....	71
7.13.6	Administração .....	73
7.13.7	Órgãos Sociais .....	75
7.13.8	Nome Empresarial .....	78
7.13.9	Contrato Social .....	79
7.13.10	Deliberações Sociais .....	82
7.14	SOCIEDADE ENTRE CÔNJUGES .....	83
7.15	A SOCIEDADE ESTRANGEIRA (art. 1.134) E NACIONAL (art. 1.126) .....	83
7.16	DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE – 3 FASES .....	85
7.17	SOCIEDADE COOPERATIVA .....	85
7.18	SOCIEDADES COLIGADAS .....	86
7.19	SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO .....	87
7.20	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA ..	88
7.21	SOCIEDADES ANÔNIMAS OU COMPANHIAS (Lei 6.404/1976) ..	93
7.21.1	Delimitação .....	93

7.21.2	Princípios.....	94
7.21.3	Características Específicas .....	94
7.21.4	Espécies (art. 4º da LSA) .....	95
7.21.5	Constituição.....	97
7.21.6	Capital Social .....	99
7.21.7	Órgãos Sociais.....	100
7.21.8	O Administrador (arts. 153 e seguintes).....	102
7.21.9	O Acionista Controlador (arts. 116 e seguintes da LSA) .....	103
7.21.10	Acordo de Acionistas (art. 118).....	104
7.21.11	O Acionista.....	104
7.21.12	Ações.....	105
7.21.13	Títulos Mobiliários.....	107
7.21.14	Dissolução da Companhia .....	111
7.22	SOCIEDADE EM COMANDITA POR AÇÕES (art. 1.090 do CC) ..	111
7.23	OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	112
<b>8</b>	<b>CONTRATOS EMPRESARIAIS.....</b>	<b>115</b>
8.1	CONCEITO.....	115
8.2	PRINCÍPIOS QUE REGEM OS CONTRATOS .....	115
8.3	ESPÉCIES DE CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	118
8.3.1	Contrato de Arrendamento Mercantil ou <i>Leasing</i> .....	118
8.3.2	Alienação Fiduciária em Garantia.....	121
8.3.3	Faturização ( <i>Factoring</i> ).....	126
8.3.4	Contratos Intelectuais (Propriedade Intelectual): Lei 9.279/1996..	128
8.3.5	Franquia Empresarial ( <i>Franchising</i> ) .....	130
8.3.6	Contrato de Compra e Venda Mercantil.....	135
8.3.7	Contrato de Cartão de Crédito.....	135
8.3.8	Contrato de Mandato Mercantil .....	137
8.3.9	Contrato de Comissão Mercantil .....	138
8.3.10	Contrato de Abertura de Crédito .....	138
<b>9</b>	<b>TÍTULOS DE CRÉDITO .....</b>	<b>141</b>
9.1	DELIMITAÇÃO.....	141
9.2	PRINCÍPIOS .....	142
9.3	FORMALISMOS NOS TÍTULOS DE CRÉDITO.....	143
9.4	PRINCÍPIO DA INOPONIBILIDADE DAS EXCEÇÕES PES- SOAIS .....	144

9.5	CLASSIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO .....	145
9.6	CATEGORIAS DOS TÍTULOS DE CRÉDITO .....	146
9.7	EXEMPLOS DE TÍTULOS DE CRÉDITOS TÍPICOS.....	147
9.7.1	Letra de Câmbio (Decreto 2.044/1908 e Decreto 57.663/1966) ..	147
9.7.2	Nota Promissória (Decreto 2.044/1908 e Decreto 57.663/1966)...	151
9.7.3	Duplicata (Lei 5.474/1968) .....	152
9.7.4	Cheque (Lei 7.357/1985) .....	159
9.7.5	Conhecimento de Depósito e <i>Warrant</i> (Garantia).....	163
9.7.6	Cédula de Crédito Bancário .....	164
9.7.7	Operações Cambiárias.....	166
9.7.7.1	Aceite .....	166
9.7.7.2	Endosso .....	168
9.7.7.3	Protesto .....	170
9.7.7.4	Aval.....	173
<b>10</b>	<b>FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL .....</b>	<b>177</b>
10.1	DELIMITAÇÃO.....	177
10.2	FALÊNCIA.....	177
10.2.1	Pressupostos .....	178
10.2.2	Caracterização do Estado de Insolvência (Jurídica) .....	178
10.2.3	Legitimidade Passiva.....	179
10.2.4	Legitimidade Ativa (art. 97).....	180
10.2.5	Excluídos (art. 2º).....	180
10.2.6	Juízo Competente (art. 3º) .....	181
10.2.7	Juízo Universal da Falência (art. 76 da LRF).....	181
10.2.8	Da Verificação e da Habilitação de Créditos.....	182
10.2.9	Fases da Falência.....	184
10.2.10	Procedimento.....	185
10.2.11	Liquidação da Falência.....	187
10.2.12	Pedido de Reabilitação do Falido (art. 158) .....	188
10.2.13	Ministério Público .....	188
10.2.14	O Administrador Judicial .....	189
10.2.15	O Falido.....	190
10.2.16	Prosseguimento da Empresa.....	190

10.2.17	Pedido de Restituição e Embargos de Terceiro .....	190
10.2.18	Atos Ineficazes e Atos Revogáveis.....	190
10.2.19	Ação Revocatória .....	191
10.2.20	Os Contratos do Falido (art. 117) .....	191
10.2.21	Efeitos da Falência em Relação aos Credores .....	192
10.2.22	Preferência de Créditos.....	192
10.2.23	Órgãos na Falência .....	192
10.3	RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	193
10.3.1	Delimitação .....	193
10.3.2	Requisitos: Art. 48.....	194
10.3.3	Legitimidade para Requerer: Parágrafo Único do Art. 48 ..	194
10.3.4	Os Credores na Recuperação Judicial.....	194
10.3.5	Meios de Recuperação Judicial .....	196
10.3.6	O Processamento do Pedido .....	197
10.3.7	Encerramento da Recuperação Judicial .....	203
10.3.8	Órgãos da Recuperação Judicial.....	204
10.3.9	O Administrador na Recuperação Judicial .....	206
10.3.10	O Gestor Judicial (art. 65) .....	207
10.3.11	A Situação das Micro e Pequenas Empresas (art. 70) .....	207
10.4	RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL (arts. 161 e seguintes) .....	208
10.4.1	Delimitação .....	208
10.4.2	Requisitos Subjetivos e Objetivos .....	208
10.4.3	Formas de Homologação Judicial.....	209
10.4.4	Credores Excluídos dos Efeitos da Recuperação Extrajudicial (§ 1º do art. 161) .....	210
10.5	DISPOSIÇÕES PENAIIS .....	210
11	<b>O DIREITO EMPRESARIAL E ALGUNS REFLEXOS JUNTO AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI 13.105/2015)</b> .....	215
11.1	AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	215
11.2	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA .....	217
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	221
	<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	223